

Além dos casos previstos na legislação em vigor, a rescisão do presente contrato terá lugar sempre que a adjudicataria não cumpra alguma das condições previstas no

CLAUSULA 5^a

Se a segunda outorgante se recusar a executar qualquer dos fornecimentos ou trabalhos a que se encontra obrigada, poderá a primeira outorgante executá-los por conta da retenção de 10% do preço a pagar.

CLAUSULA 4^a

O contrato de fornecimento é realizado pelo preço global de **51 970 Euros** (Cinquenta e um mil novocentos e setenta euros)

CLAUSULA 3^a

No caso da segunda outorgante não conciliar o fornecimento dos bens a que se refere o contrato, domingos e feriados, contando-se tal prazo a partir da data da celebração do contrato, devendo ser estipulado, e não havendo motivo que justifique a prorrogação do fornecimento, ficando neste caso, a adjudicataria sujeita às multas previstas no Código Civil de Encargos.

O fornecimento dos bens móveis será executado no prazo de 90 dias, incluindo sábados, domingos e feriados, contando-se tal prazo a partir da data da celebração do fornecimento.

CLAUSULA 2^a

A primeira outorgante adjudica à segunda outorgante que acelta executar, o fornecimento de bens móveis, nos termos da Proposta apresentada ao procedimento, de harmonia com o Código de Encargos, para o qual remete a mesma proposta e que deverá ser rigorosamente cumprido e lista de preços unitários em anexo.

CLAUSULA 1^a

SEDE: Largo Luis de Camões, 49 - 2830-484 Barreiro Tel/Fax: 21 207 32 37/96 860 14 04



Alcides Góes Souto
A Gerência
FOPPS - Projetos de Engenharia, Lda

O SEGUNDO OUTORGANTE

Willys
O PRIMEIRO OUTORGANTE

Barreiro, 12 de Maio de 2014

Foram apresentados pelo segundo outorgante os documentos exigidos.

Para todas as questões emergentes desse contrato é estipulado o foro da Comarca de Barreiro.

CLAUSULA 8^a

Tudo o que não se encontra expressamente previsto neste contrato e documentos anexos, será regulado de acordo com o que se encontra disposto no Caderno de Encargos.

CLAUSULA 7^a

Ao prazo de garantia dos bens moveis que constituem objecto do presente contrato é aplicável o disposto no art. 44º do Código dos Contratos Públicos,provado pelo Decreto-Lei nº 18/2010, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de Julho, e à liberação da caução é aplicável o disposto no art. 295º do mesmo Código.

CLAUSULA 6^a

mesmo, determinando a perda pela mesma das importâncias retidas, ou das que na altura se encontrarem em dívida.